

A QUESTÃO DO GÊNERO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA CASA FAMILIAR RURAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO (SC)*

GENDER AND THE PEDAGOGY OF ALTERNATION IN THE RURAL FAMILY HOUSE IN SÃO JOSÉ DO CEDRO (SC)

Claudia Klein**

Resumo: A falta de qualidade do ensino na área rural e até mesmo a ausência deste em alguns locais pelo Brasil são fatores que estimulam o êxodo rural, este que provocou o crescimento desordenado das cidades, sem infraestrutura adequada. Muitos agricultores acabam encaminhando seus filhos para escolas urbanas, porém em alguns locais, mediante a organização da comunidade, surgem as escolas familiares rurais, baseadas na pedagogia da alternância, que tem a educação voltada para a realidade do meio rural, com valores e cultura específicos do campo, que prepara os jovens e adolescentes do campo para o campo. Porém, a mulher, muitas vezes, é rejeitada neste contexto, por ter historicamente exercido funções essencialmente femininas e agora passa a frequentar a escola rural e aprender sobre o dia a dia do campo. Ainda existem pessoas que não conhecem esse tipo de escola (esta metodologia de ensino); frente a isto, torna-se necessário a fundamentação de tal para que as pessoas passem a ser capazes de refletir e criar um novo olhar para a educação da população do campo e entender o papel que a mulher passa a exercer no contexto atual.

Palavras-chave: Pedagogia da Alternância. Casa Familiar Rural. Mulher. Alunas.

Abstract: The lack of quality education in rural areas and even in the absence of some places in Brazil, are factors that stimulate the rural exodus, a factor that caused the overcrowded cities without adequate infrastructure. Many farmers end up directing their children to urban schools, but in some places by organizing community schools arise rural families, based on the pedagogy of alternation that education has focused on the reality of rural areas, with specific values and culture of the field, that prepares youth and adolescents from field to field, but the woman is often rejected in this context, having historically served as essentially feminine and now goes to school and learn about the rural-to-day field day. There are still people who do not know this type of school (the teaching methodology), front of it becomes necessary for the reasoning that such people will be able to reflect and create a new look to the education of the rural population and understand the role that women spend exercising in the current context.

Keywords: Pedagogy of Alternation. Rural Family House. Women. Students.

Introdução

A pedagogia da alternância é uma metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaço distintos, tendo como finalidade a formação profissional, neste caso voltado à formação para a vivência de campo. Apesar desta forma de ensino ser conhecida há muitos anos, carecem de estudos a respeito do tema, especialmente a respeito das características pedagógicas.

É uma escola diferente porque é considerado como um espaço de formação, compreendendo que o ser humano, na sua complexidade, só pode desenvolver-se plenamente na complexidade que constitui sua vida e seus diferentes componentes em interação física, familiar, social, profissional, cultural, espiritual e escolar. Além de assegurar o conhecimento técnico e científico sobre agricultura, a casa familiar rural proporciona o acesso aos demais conteúdos da grade curricular do ensino fundamental.

Visa, assim, desenvolver um trabalho educativo, preparando o jovem para a cidadania, para vida em comunidade, com uma formação profissional e conhecimentos amplos e específicos da realidade em que atua. Deste modo, o ser humano é visto como um ser ativo que é capaz de problematizar a realidade em que vive, proporcionando a interação com o meio social e um aprendizado que, por ter vínculos diretos com a prática social, torna o conhecimento mais acessível, oferecendo uma vida digna para os jovens e suas famílias no meio rural.

O objetivo deste estudo foi abordar um histórico sobre as casas familiares rurais, compreender os princípios da pedagogia da alternância, levantar indagações, preocupações e as diferentes visões

dos “personagens” da casa familiar rural de São José do Cedro (SC) quanto a presença de alunas na escola.

A Pedagogia da Alternância nas Escolas Familiares Rurais

O contexto social brasileiro, e, mais especificamente, o campo, é marcado por uma história de luta, resistência, submissão e dominação. Esse processo se acirra, cada vez mais, com o desenvolvimento e a modernização tanto do campo, quanto do espaço urbano. A escola assume o papel de reprodutora do sistema vigente, na medida em que cabe a ela formar seus alunos dentro de padrões já estabelecidos (FANK, 2007), independentemente da questão de gênero.

Assim,

[...] à escola está reservada a função de reproduzir desigualdades sociais, na medida em que contribui para a reprodução da ideologia das classes dominantes e mesmo para a reprodução da ideologia das classes dominantes e mesmo para a reprodução das próprias classes sociais, inculcando códigos, símbolos e valores das classes dominantes. Alguns chegam a admitir que a escola seja imprescindível para a reprodução do sistema capitalista. (MOCHCOVITCH, 1992).

As escolas rurais, fazendo parte desse contexto maior, também são pensadas e impostas pelo espaço urbano e pela cultura dominante, inculcando determinada cultura e elementos educativos desconectados da realidade do campo, que, aos poucos, vão sendo incorporado pela população rural. É uma educação que parte da realidade vivida por essas pessoas, não parte da nasce onde ela acontece, e sim é imposta de cima (FANK, 2007).

O ensino rural como qualquer outro tem como objetivo principal proporcionar conhecimentos, cidadania e continuidade cultural. A escola, ao ser levada ao campo, depara-se com as mais diversificadas formas de processos produtivos, culturas heterogêneas, clientelas diferenciadas, com valores e aspirações próprios. Assim, defende-se sempre um projeto educativo que se realize na escola e que seja do campo e no campo e não para o campo (SILVA JUNIOR; FONSECA, 2011). O fato é que o campo é heterogêneo, muito variado, buscando priorizar a educação às pessoas do campo (agricultores familiares, trabalhadores rurais sem terra, quilombolas, assalariados rurais, povos da floresta, ribeirinhos, pescadores, extrativista, indígenas e outros independentemente do gênero) é que surgiu a pedagogia da alternância.

A educação rural, em todo o processo de escolarização, sempre ficou relegada ao descaso. A escola rural “[...] sempre representou uma fatia muito pequena e mesmo marginal nas preocupações do setor público [...]” (CALAZANS *et al.*, 2007). O campo, que sempre foi visto como espaço de atraso e subdesenvolvimento, ficou submetido aos ditames do processo de implantação e consolidação do capitalismo. Sendo assim, no decorrer de todo esse processo se ofereceu o mínimo necessário à educação rural, por meio de programas que têm por objetivo a dominação e não a libertação, como propunha Paulo Freire, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (FANK, 2007).

De acordo com Gimonet (1999), Estevam (2003), Magalhães (2004) e Teixeira e Bernartt (2008), o movimento que culminou na Pedagogia da Alternância teve início em 1935, na França, com um pequeno grupo de agricultores insatisfeitos com o sistema educacional de seu país, o qual não atendia, a seu ver, as especificidades de uma educação para o meio rural. Esse grupo enfatizava a neces-

cidade de uma educação escolar que atendesse às especificidades dos adolescentes e que também propiciasse, além da profissionalização em atividades agrícolas, elementos para o desenvolvimento social e econômico da sua região.

A Pedagogia da Alternância atribui grande importância à articulação entre momentos de atividade no meio socioprofissional do jovem e momentos de atividade escolar propriamente dita, nos quais se focaliza o conhecimento acumulado, considerando sempre as experiências concretas dos educandos. Por isso, além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação nos meios profissional, social, político e econômico (BERNARTT; PEZARICO, 2011).

As propostas do ensino rural se dividiam basicamente em duas. A primeira propunha uma escola única igualmente para área urbana e rural, a segunda destacava um ensino diferenciado, com quesitos relacionados à classe rural. O modelo pedagógico para a educação se estendia até aos dias do ano letivo, modificando-o conforme o calendário rural, ou seja, épocas de colheita e plantio. Esse tipo de modelo respeitava os objetivos econômicos da população rural, evitando também a desistência e o maior número de falta dos alunos (GUSSO; ALMEIDA, 2009).

Atualmente, existem no Brasil diversas experiências de educação escolar que utilizam a Pedagogia da Alternância como método. As experiências mais conhecidas são as desenvolvidas pelas Escolas Família Agrícolas (EFA) e pelas Casas Familiares Rurais (BERNARTT; PEZARICO, 2011).

Conforme Lacki (2012), as escolas rurais deveriam formar cidadãos dotados de mais autoconfiança pessoal (o que muitas vezes não ocorrer com as alunas, que são desestimuladas pelo pró-

prio meio) e autossuficiência técnica, de modo que pudessem ser eficientes corretores das suas ineficiências e ativos solucionadores dos seus próprios problemas. Adicionalmente essas escolas deveriam outorgar-lhes uma formação valórica que lhes proporcionem melhores hábitos (amor ao trabalho bem-executado, iniciativa e disciplina, perseverança e desejo de superação, cooperação e solidariedade, honradez e cumprimento dos seus deveres, disciplinar o sertanejo para o trabalho moderno e responsabilidades, espírito de prevenção e previdência etc.). A educação básica rural deveria ter um caráter mais instrumental no sentido de proporcionar às crianças e jovens conteúdos úteis que elas pudessem aplicar na correção das suas próprias ineficiências e na solução dos problemas que ocorressem nos seus lares, propriedades e comunidades.

Apesar de existir um expressivo número de instituições, nas quais atuam também expressivo número de educadores e educadoras, e em que pese o fato de a Pedagogia da Alternância vir sendo utilizada há quase quarenta anos no Brasil, “[...] essa proposta pedagógica ainda é discutida com pouca ênfase no meio acadêmico e nos órgãos técnicos e oficiais [...]” (ESTEVAM, 2003, p. 14) e deveriam ser estudados (analisados) nos mais diferentes contextos regionais.

No Brasil, a Pedagogia da Alternância surgiu no Brasil em 1969, por meio da ação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. O objetivo primordial era atuar sobre os interesses do homem do campo, principalmente no que diz respeito à elevação do seu nível cultural, social e econômico (PESSOTTI, 1978).

A escola rural foi construída tardiamente no Brasil, e sem o apoio necessário por parte do estado para seu desenvolvimento. A educação, no meio rural, não se constituiu, historicamente, em um espaço prioritário para uma ação planejada e institucionalizada pelo país. Isso privou muito a população do campo, em especial,

a classe trabalhadora, de ter acesso, de forma geral, ao ensino, às políticas e aos serviços públicos. Isso veio a contribuir com o processo acelerado de êxodo rural, registrado especialmente a partir de 1950 (SILVA JUNIOR; FONSECA, 2011).

Por um longo tempo, a educação escolar, quando era oferecida, ocorria em prédios sem infraestrutura alguma, em salas multisse-riadas, sem material didático, por professores sem formação para docência (SILVA JUNIOR; FONSECA, 2011), o que demonstra mais uma vez o descaso do poder público para com a educação no campo.

Nas escolas rurais o trabalho pedagógico é realizado com turmas heterogêneas. A heterogeneidade das salas de aula é um fato que se deve não somente as diferenças intelectuais, mas também à diferenciação socioeconômica, à constituição e ao modo de vida da família, diferenças de gênero, de valores compartilhados, às crenças, às diferentes maneiras de educar, de interpretar e acatar as normas sociais (SILVA JUNIOR; FONSECA, 2011).

O desafio de educar no campo é grande, mas é imprescindível que esta pedagogia não caia em desuso, pois considerando-se que até o ano de 2050 o mundo terá sete bilhões de pessoas, considerando-se que o Brasil é o único país no mundo que pode expandir suas fronteiras agrícolas, e ainda que o nosso país será responsável pelo incremento de 20% da produção de alimentos, há a necessidade urgente de capacitação das pessoas do campo independente do sexo, pois cada vez mais os agentes envolvidos devem estar aliados às novas tecnologias, mas devem preservar o conhecimento singular da “lida do campo”. Considerando que o “povo” do campo é um povo velho, as novas gerações precisam estar preparadas a assumir estas funções, e neste contexto a mulher passa a apossar-se também de funções anteriormente exercidas somente pelo homens.

A realidade na Região Sul, em Santa Catarina e no extremo oeste

O contexto da Pedagogia da Alternância tem se revelado um ambiente rico e complexo, pela sua dinâmica peculiar, o que suscita para o seu entendimento análises mais aprofundadas, em dimensões mais amplas (BERNARTT; PEZARICO, 2011).

Na região Sul do Brasil, o processo de implantação das Casas Familiares Rurais teve início em 1987, no município de Barracão, sudoeste do estado do Paraná. Este processo contou com a assessoria e apoio da cooperação francesa. Hoje, nos três estados do Sul do Brasil existem 67 Casas Familiares, sendo que 36 estão situadas no Paraná, 24 Casas em Santa Catarina e sete Casas no Rio Grande do Sul (ASCARFAR/SUL, 2012).

O oeste catarinense caracteriza-se por ter um polo industrial amplo, mas grande parte da economia dos municípios é fundamentada na agricultura, especialmente realizada em pequenas propriedades rurais. O grande problema desta propriedades é a falta de mão de obra; a grande maioria das propriedades é comandada por pessoas com idade superior a 45 anos, e ainda a presença de jovens no campo é um percentual quase que insignificante. Cada vez mais os pais incentivam os filhos a estudarem, e as escolas rurais passam nos últimos anos a receber um número crescente de alunas (interessadas no dia a dia do campo) que antes não acontecia.

Tentando contornar tal situação, é que no oeste catarinense existem 12 casas familiares rurais, que buscam qualificar mão de obra e mostrar aos jovens a outra realidade do campo, desmitificando as vantagens em partir para os centros urbanos. Segundo Ascarfal/Sul (2012), estas casas familiares estão localizadas nos municípios de Modelo, Caibi, São José do Cedro, Guaraciaba, Maravilha, Águas de Chapecó, Riqueza, Iporã, Galvão, Quilombo, Xaxim e Seara.

As Casas Familiares Rurais trabalham com o Ensino Fundamental de 5ª a 9ª série e algumas delas com ensino médio (1º ao 3º ano). Em regime anual, está previsto o total de 286 dias letivos, distribuídos em 70 dias com aulas presenciais e 216 dias com atividades a distância. A ordenação do currículo é por disciplina, permitindo o aluno o acesso ao núcleo comum e profissionalizante, em que são trabalhados temas geradores numa visão interdisciplinar, na perspectiva da unidade técnica e prática.

Surgindo uma nova realidade na formação dos jovens, as Casas passaram a envolver mais profissionais. Além dos técnicos ou profissionais ligados à área agrícola – chamados de monitores –, participam da formação os professores responsáveis pelos conteúdos da grade curricular. O professor, ao iniciar suas atividades através da Pedagogia da Alternância, é chamado a envolver-se em um estilo de trabalho diferenciado do tradicional, imprescindível para não comprometer os objetivos das Casas Familiares e desvirtuar o eixo central desta forma de educar (ASCARFAL/SUL, 2012).

A Casa Familiar Rural é uma instituição educativa regida por um Conselho Administrativo de Agricultores, com estatuto próprio e filiado a Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR). Os sócios são os pais de alunos e colaboradores da própria comunidade. A Casa Familiar Rural também é considerada um movimento social, pois se inspira numa nova Pedagogia, que, por sua vez, está apoiada numa nova epistemologia, em uma nova teoria do conhecimento. A Alternância visa formar e educar pessoas que vivem no meio rural, enfatizando o respeito à cultura do sujeito do campo, à cultura na qual o sujeito está inserido, caracteriza-se por alternar a formação do aluno entre momentos

no ambiente escolar e momentos no ambiente familiar. Após esse período, o jovem recebe diploma de qualificação em agricultura e o certificado de conclusão de ensino fundamental.

Conforme normas preconizadas pela Casa Familiar rural de São José do Cedro, o jovem permanece uma semana na Casa Familiar, no sistema de internato. Nesta semana, o jovem é orientado no sentido de refletir sobre os diferentes momentos da sua vida; recebe orientação técnica, científica e humana. São momentos educativos que promovem o aproveitamento das experiências concretas de cada jovem e o compartilham de suas experiências com os colegas e monitores.

Nas duas semanas em que o jovem permanece na propriedade junto com a família, o jovem trabalha no sentido de descrever suas experiências de vida junto à família e à comunidade, analisando a realidade em que se encontra. É um período em que o diálogo e a reflexão com a família são fundamentais, bem como, é quando o jovem aplica na prática os conhecimentos recebidos na semana em que passou na Casa Familiar.

O enfoque do gênero em uma escola onde a maioria dos alunos é do gênero masculino não está partindo apenas da diferença para constituirmos a igualdade entre homens e mulheres, acreditamos também na possibilidade de trazermos elementos para a reflexão de como se dá as relações de gênero na escola até que ponto esta interfere na constituição destes sujeitos alunos, alunas, educadores e na família e de que forma a escola poderia repensar a questão (SILVA, 2007).

Torna-se importante esta discussão, pois ainda hoje muitas pessoas têm preconceitos sobre o papel da mulher na sociedade. Nobre (1988) apresentava ainda naquela época a seguinte afirmação:

Ainda hoje a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, pecuária, enfim tudo que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais), tudo que é feito para o consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado dos herdeiros. A casa é o lugar da mulher, mãe de família, e as atividades aí desenvolvidas são consideradas um não trabalho.

No acesso à escolarização voltada para as mulheres, constata-se que:

As moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes. Este ‘viés de gênero’ no êxodo rural não parece estar ligado a oportunidades particularmente favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas a precariedade das perspectivas assim como ao papel subalterno que continuam ter as moças no interior das famílias de agricultores. (ABRAMOVAY, 1998).

Atividades desenvolvidas no campo, como o roçado e a plantação de algumas culturas – arroz, feijão, milho –, são consideradas fundamentais à sobrevivência, tendo a figura do pai como líder de tais atividades e o trabalho todo creditado a ele ficando as tarefas dos filhos e filhas e da esposa consideradas como “ajuda” (SILVA, 2007).

Na visita realizada na escola familiar rural de São José do Cedro (SC) alguns “personagens” foram entrevistados sobre a presença das alunas na escola. A escola funciona somente com o segundo grau, e hoje tem 19 alunos, sendo apenas duas alunas; contam também com uma diretora (coordenadora), um monitor, uma governanta e quatro professores (duas são mulheres).

Segundo a professora J. C. D. (26 anos), não existe por ela nenhuma distinção de gênero dentro da sala de aula, porém as

meninas têm inúmeras dificuldades no dia a dia dentro da escola: negação de sua participação satisfatória em tarefas tipicamente masculinas, falta de apoio das famílias a sua permanência na escola, por não reconhecerem a importância da aprendizagem de questões referentes ao trabalho agrícola para mulheres, os pais de algumas alunas que ficaram grávidas não as deixaram mais participar das aulas (no meio rural ainda existe muita desinformação sobre sexualidade e prevenção). Ao ser indagado sobre a visão dos alunos quanto a si mesma, a professora diz que nunca teve problemas, que todos os alunos a respeitam por “ser professora”. Isso vem de casa, os pais ensinam que os professores são como pais, e é dessa forma que a tratam.

O aluno T. K. (17 anos), 2º ano, afirma que a presença das meninas é normal para ele. Elas participam de todas as tarefas, são bem mais inteligentes que os meninos, porém não participam de algumas atividades práticas. “Os meninos gostam de incomodar elas, pois ficam bravas, é divertido!”. Quanto ao respeito, o aluno diz: “Nós respeitamos elas, a coordenadora cobra muito isso, por que aqui é uma escola!”. Ele afirma que quando eles voltam do período em casa sempre conversam com a orientação pedagógica e esse assunto às vezes é conversado. “Quando ocorre algum problema em relação às meninas, sempre tem reunião, e às vezes alguns alunos são punidos.”

Já o aluno C. M. (16 anos), 1º ano, afirmou: “Eu acho que aqui não é lugar pra menina! Elas ajudam muito pouco na lavoura.” O aluno diz que tem de respeitar a presença delas na escola, mas acha estranho. Ao indagá-lo quanto a situação de ter várias professoras mulheres, o aluno respondeu-me: “Professora é professora! É diferente!”. Frente a estas duas entrevistas, percebem-se as diferentes concepções quanto à presença feminina na escola, provavelmente fruto da educação não formal recebida em casa.

A aluna A. P. C. (16 anos), 1º ano, diz que gosta muito da escola, que quer estudar futuramente Veterinária ou Agronomia, por isto tudo o que aprende na escola será aplicável. Quanto à convivência com os colegas garotos, ela diz que é um tanto complicada, “os meninos ‘pegam no nosso pé’, vivem nos testando, nos provocando”. “Eu fico brava, com raiva, mas aí vou lá e tento fazer melhor.” Ela diz que nas notas as meninas normalmente têm superiores, mas elas têm dificuldades no campo, pois têm tarefas que exigem força física e estas não a têm suficientemente. Quanto ao respeito, ela diz: “A nossa coordenadora é muito rígida, tem que ter respeito, se não respeitar, leva advertência, a gente tem alojamentos separados, daí não tem problemas maiores.” A aluna ainda conta que neste ano uma colega desistiu porque engravidou: “Isso é muito comum, os pais não nos explicam nada sobre isso!”. Ainda ressalta que, apesar de aprender a fazer muita coisa na escola, não consegue aplicar nada em casa, pois o pai não aceita suas interferências. Mas ela diz que a orientadora educacional conversa muito com elas sobre esta realidade, tanto é que a aluna diz: “Isso não me incomoda mais, um dia eu vou provar pra ele (o pai) que sei fazer as coisas, tudo ao seu tempo!”. De fato, em propriedades em que o sistema “patriarcal” prevalece é difícil os filhos tomarem frente às atividades da propriedade, especialmente quando se trata de mulheres, pelos motivos já expostos anteriormente por Nobre (1988).

Aos indagar os pais desta mesma aluna, estes afirmam que inicialmente não aceitaram a escolha da filha em ir para a escola, porém com o tempo se acostumaram com a ideia. Como a filha fala em estudar Medicina veterinária ou Agronomia, estes começaram a ver a escolha como boa. Segundo o pai: “A minha grande preocupação é que na escola tem muitos ‘gurus’, fiquei com medo que

eles pudessem ‘judiar’ de minha filha, tentar fazer algo de ruim para ela.” Porém o pai afirma que observou-se muita disciplina na escola, todos estão comprometidos com o bom funcionamento. Ao indagá-los quanto a participação efetiva da filha nas decisões da propriedade, o pai respondeu-me: “Ela é muito nova ainda.” Ao analisarmos tais informações, percebemos o quanto os pais são céuticos ao novo, até que não convivem com tal realidade têm antecipadamente uma visão errônea do processo, mesmo este ocorrendo dentro de uma escola.

Já a aluna M. R. O. (16 anos), 1º ano, diz que escolheu a escola para poder ficar próximo dos pais, que já são aposentados e não querem sair do “interior”; pela possibilidade de ficar em casa mais tempo e colaborar nas tarefas da propriedade fez esta opção. Ela diz que a convivência na escola é tranquila, mas, às vezes, ocorrem algumas intrigas, porém passageiras. Ela comenta que sente falta de ter mais colegas meninas, pois quando iniciaram este ano letivo eram quatro meninas, uma colega saiu por não adaptar-se na escola e outra por ter engravidado, restando apenas ela e mais uma colega em um grupo de 17 meninos. Quanto aos pais, ela diz que estes no começo preocuparam-se, porém, quando esclarecidos sobre a pedagogia empregada na escola, depois foram receptivos a ideia.

As opiniões de alguns dos envolvidos no funcionamento da Casa Familiar Rural divergem em alguns aspectos. O fato é que cada vez mais, nós “professores” agentes de transformação, devemos incentivar, proporcionar e desmitificar a participação das alunas nestas escolas. A escola é ambiente de ensino, aprendizagem; independentemente do gênero, o objetivo aqui é formar cidadãos melhores, sem preconceitos.

Considerações finais

Faz-se necessário estabelecer alguns parâmetros que possam contribuir na construção de uma nova visão do contexto educacional para as Casa Familiares Rurais. Deve-se pensar na qualificação de nosso olhar enquanto educadores, para desmitificarmos a questão de gênero dentro das escolas familiares rurais.

As casas familiares são, sim, uma solução para a educação no campo, porém é de suma necessidade que o governo passe a ver com outros olhos estas escolas. Sim, estas são organizadas por outros tipos de entidades, mas só se faz educação com qualidade quando todos os agentes estão envolvidos com a causa. Então, novamente considerando-se a demanda cada vez maior por alimentos, aliada à preservação ambiental, é necessário a conscientização dos jovens que o campo ainda é sinônimo de qualidade de vida, rendimento econômico e outros tantos aspectos sociais e humanos e que a mulher tem capacidade de gerenciar uma propriedade rural.

A sociedade espera que a escola faça a diferença na vida de seus alunos e alunas. Isso quer dizer que se objetiva que todo estudante saia da escola diferente de quando nela entrou: que saiba mais sobre si e sobre o meio físico e social; que pense a respeito da realidade a sua volta; e que consiga discernir, no ambiente em que vive o justo do inaceitável, agindo de maneira coerente e consequente.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.). **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões**. Brasília: Unesco, 1998.

Associação Regional das Casas Familiares Rurais – ARCAFAR. **Casa Familiar Rural**. Autores Associados: 2003.

Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil – ASCARFAR/SUL. **Mapa interativo**. Disponível em: <<http://www.arcafarsul.org.br/novo/cfrs.php>>. Acesso em: 16 maio 2012.

BERNARTT, M. L.; PEZARICO, G. A trajetória dos estudos sobre referenciais teóricos e metodológicos da educação no campo: a pedagogia da alternância. **Revista de Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, v. 12, n. 18, p. 39-56, jun. 2011.

CALAZANS, M. J. C.; CASTRO, L. F. M. de; SILVA, H. R. S. Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. D. (Orgs.). **Educação Rural no Terceiro Mundo: Experiências e novas alternativas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 161-192.

ESTEVAM, D. O. Casa Familiar Rural: a formação com base na Pedagogia da Alternância. 2003. 126 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FANCK, C. Entre a enxada e o Lápis: a prática educativa da Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão/Paraná. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GIMONET, J. C. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas familiares Rurais de Educação e Orientação. In: Seminário internacional da pedagogia da alternância: alternância e desenvolvimento, 1999. **Anais...** Salvador: UNEFAB, 1999. p. 39-48.

GUSSO, A. P.; ALMEIDA, J. N. Educação Rural: Evolução e desenvolvimento. In: I ENDICT – Encontro de Divulgação Científica e Tecnológica. **Anais...** 2009.

LACKI, P. **A escola rural deve formar “solucionadores” de problemas**. Disponível em: <<http://www.polanlacki.com.br/agrobr/>>. Acesso em: 2 abr. 2012.

MAGALHÃES, M. S. **Escola Família Agrícola**: uma escola em movimento. 2004. 126 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

MOCHCOVITCH, L. G. **Gramsci e a escola**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.

NOBRE, M. et al. **Revista Cadernos Sempre Viva**. Gênero e Agricultura Familiar. São Paulo, 1998. p. 15-27.

PESSOTI, A. **Escola da Família Agrícola**: uma alternativa para o ensino rural. 1978. 194 p. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1978.

SILVA JÚNIOR, A. F.; FONSECA, S. G. O ensino de história em escolas no meio rural brasileiro. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 469-486, jul./dez. 2010.

SILVA, M. C. L. Gênero e Pedagogia da alternância na Casa familiar do município de Campeté-Pará. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e democracia. **Anais...** Florianópolis, 2007.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo: FEUSP, v. 34, n. 2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

Notas

* Pesquisa desenvolvida na disciplina de Antropologia das sociedades indígenas e afrodescendentes no Brasil, Curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica e Profissional, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, *Campus Sertão*.

** Engenheira agrônoma, mestre em Agronomia, doutoranda do Programa de Pós Graduação em Agronomia da Universidade de Passo Fundo. Acadêmica do Curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica e Profissional, Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS, Sertão), Passo Fundo (RS), CEP 99010-100. E-mail: <klein811@hormail.com>.